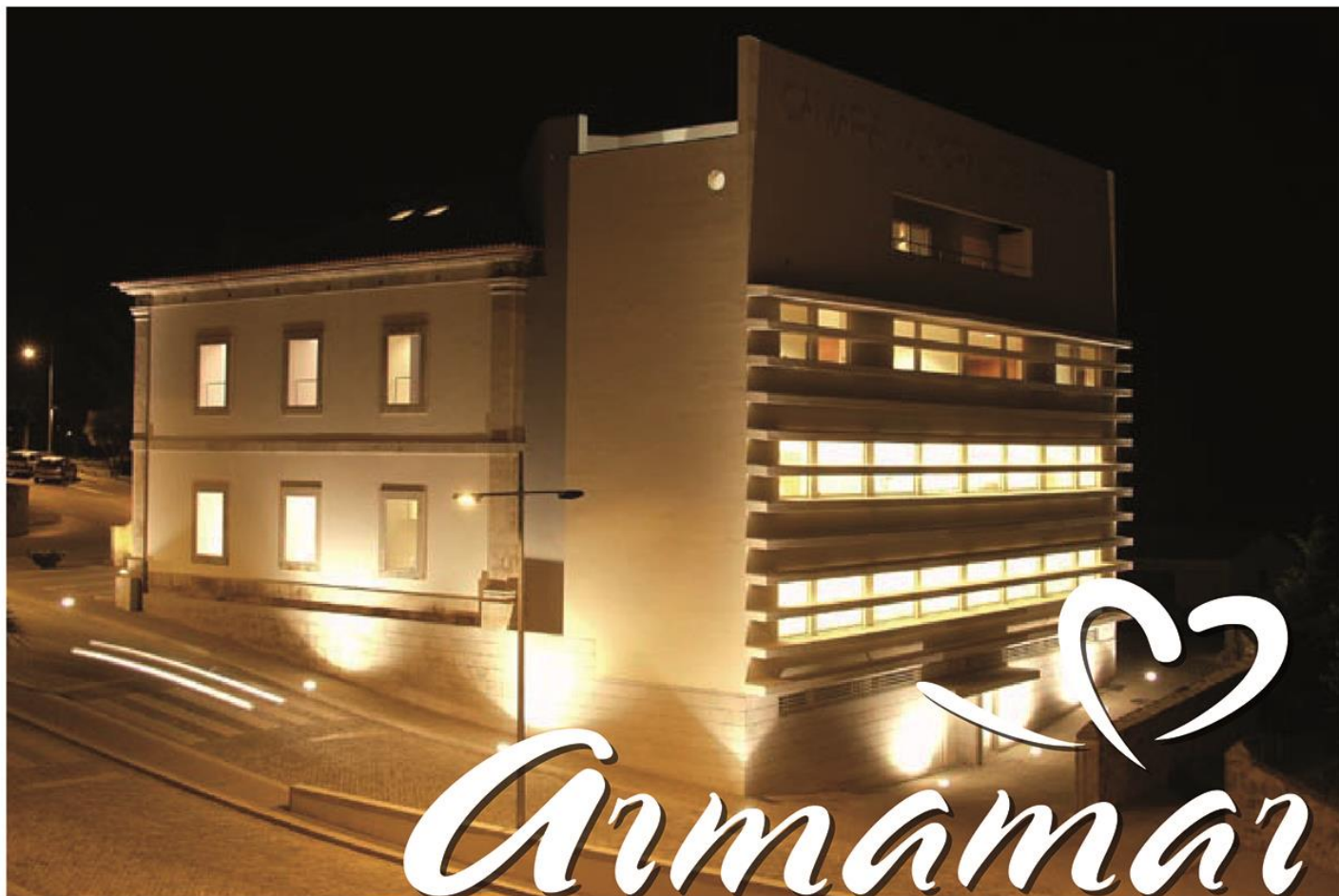




MUNICÍPIO DE ARMAMAR

AQUISIÇÃO DE VEÍCULO
LIGEIRO DE MERCADORIAS USADO

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL N.º06MUNAMM22

AJUSTE DIRETO
CADERNO DE ENCARGOS

MARÇO 2022

ÍNDICE

CLÁUSULAS JURÍDICAS E TÉCNICAS	2
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	2
Cláusula 1. ^a - Objeto	2
Cláusula 2. ^a - Contrato	2
Cláusula 3. ^a - Prazo de vigência do contrato	2
Cláusula 4. ^a - Preço base	2
Cláusula 5. ^a - Valor da retoma	3
 CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	 3
Secção I - Obrigações do fornecedor	3
Subsecção I - Disposições gerais	3
Cláusula 6. ^a - Obrigações principais do fornecedor	3
Cláusula 7. ^a - Conformidade e operacionalidade do bem	3
Cláusula 8. ^a - Prazo, local e modo de entrega do contrato	4
Cláusula 9. ^a - Inspeção	4
Cláusula 10. ^a - Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias	4
Cláusula 11. ^a - Aceitação definitiva	4
Cláusula 12. ^a - Direitos do consumidor	5
Cláusula 13. ^a - Revisão do veículo usado	6
Cláusula 14. ^a - Entrega do veículo objeto de retoma	6
Subsecção II - Dever de sigilo	6
Cláusula 15. ^a - Informação e sigilo	6
Secção II - Obrigações do município de Armamar	7
Cláusula 16. ^a - Preço contratual	7
Cláusula 17. ^a - Condições de pagamento	7
 CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	 7
Cláusula 18. ^a - Penalidades contratuais	7
Cláusula 19. ^a - Força maior	8
Cláusula 20. ^a - Resolução por parte do município de Armamar	9
Cláusula 21. ^a - Resolução por parte do fornecedor	9
 CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS	 9
Cláusula 22. ^a - Subcontratação e cessão da posição contratual	9
Cláusula 23. ^a - Comunicações e notificações	10
Cláusula 24. ^a - Contagem dos prazos	10
Cláusula 25. ^a - Resolução de litígios	10
Cláusula 26. ^a - Legislação aplicável	10
 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - ANEXO A	 11

CLÁUSULAS JURÍDICAS E TÉCNICAS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a - Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas jurídicas e técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, de ajuste direto, que tem por objeto principal a “aquisição de veículo ligeiro de mercadorias usado” com retoma de veículo da frota municipal.

Cláusula 2.^a - Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O clausulado do contrato rege-se pelo disposto n.º I do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos (doravante «CCP») aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.
3. Do contrato fazem também parte integrante, os documentos entregues pelo adjudicatário, em fase de habilitação, exigidos pelo artigo 81.º do CCP.
4. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a - Prazo de vigência do contrato

O contrato mantém-se em vigor até à entrega do veículo usado, que deve ocorrer no prazo máximo de 6 dias após celebração do contrato, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.^a - Preço base

1. O preço base corresponde ao preço máximo que o município de Armamar se dispõe a pagar pela aquisição do bem que constitui o objeto do presente caderno de encargos.
2. O preço máximo a que se refere o número anterior não pode ser superior a 10.000,00 EUR, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devida.

3. O preço base não é passível de revisão.

Cláusula 5.^a – Valor da retoma

O valor mínimo aceite pelo veículo a retomar é de 250,00 EUR, que não será deduzido ao valor da viatura a adquirir.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I - Obrigações do fornecedor

Subsecção I - Disposições gerais

Cláusula 6.^a - Obrigações principais do fornecedor

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações contratuais:
 - a) Cumprir com todas as normas legais e regulamentares aplicáveis ao exercício da sua atividade;
 - b) Fornecer o veículo com revisão geral conforme as condições definidas no presente caderno de encargos e demais documentos contratuais;
 - c) Preencher, no ato da entrega do veículo, o auto de receção provisório onde conste o registo dos quilómetros, a entrega da documentação obrigatória, manual de utilização do fabricante, livro de garantia e revisões do fabricante e o equipamento obrigatório para a circulação na via pública, sem prejuízo do disposto no n.º I da cláusula 11.^a;
 - d) Entregar toda a documentação legal, mesmo que provisória, ao município de Armamar dentro dos prazos legalmente impostos, de maneira que o veículo possa circular;
 - e) Assegurar o fornecimento de peças sobresselentes, componentes e acessórios que assegurem a continuidade e o bom funcionamento do veículo, pelo prazo estimado da respetiva vida útil.
2. A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e tecnológicos que sejam necessários e adequados ao fornecimento do bem.

Cláusula 7.^a - Conformidade e operacionalidade do bem

1. O fornecedor obriga-se a entregar ao município de Armamar o bem objeto do contrato, garantindo a conformidade e a operacionalidade do mesmo de acordo com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.
2. O bem objeto do contrato deve ser entregue em perfeitas condições de ser utilizado para os fins a que se destina.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que regula os direitos do consumidor na compra e venda de bens, no que respeita à conformidade dos bens objeto do contrato.

4. O fornecedor é responsável perante o município de Armamar por qualquer defeito ou discrepância que exista no momento em que o bem lhe é entregue.

Cláusula 8.^a – Prazo, local e modo de entrega do contrato

1. O veículo, objeto do contrato, deve ser entregue no armazém do município de Armamar, dentro do prazo estabelecido na cláusula 3.º do presente caderno de encargos.
2. O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega do veículo objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa, integral e regular utilização ou funcionamento daquele.
3. Todas as despesas e custos com o transporte do veículo objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 9.^a - Inspeção

1. Após a entrega do veículo, o funcionário designado pelo município de Armamar, procede à inspeção qualitativa, com vista a verificar se o mesmo reúne as características, especificações e requisitos definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Durante a fase de realização da inspeção, o fornecedor deve prestar ao município de Armamar, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
3. Sem prejuízo do referido nos números anteriores, o município de Armamar pode solicitar ao fornecedor a disponibilização do bem objeto do contrato, para os efeitos previstos na presente cláusula, antes da adjudicação do presente procedimento.

Cláusula 10.^a - Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de a inspeção prevista na cláusula anterior não comprovar a total operacionalidade do veículo objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos, o município de Armamar deve informar o fornecedor.
2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo município de Armamar, às substituições necessárias para garantir a operacionalidade do bem e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, o município de Armamar procede à realização de nova inspeção, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 11.^a - Aceitação definitiva

1. Caso a inspeção a que se refere a cláusula 9.^a comprove a total operacionalidade do bem objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não

sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, deve ser emitido, no prazo de dois dias um auto de receção, assinado pelos representantes do fornecedor e do município de Armamar.

2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade do bem objeto do contrato para o município de Armamar, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
3. A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias do bem objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.

Cláusula 12.ª – Direitos do consumidor

1. Nos termos da presente cláusula e do Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro, que regula os direitos do consumidor na compra e venda de bens, o fornecedor garante a conformidade do veículo objeto do contrato pelo prazo de 18 meses a contar da data da assinatura do auto de receção, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais, principalmente no motor e caixa de velocidades, que se revelem a partir da respetiva aceitação do veículo.
2. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
 - g) A mão-de-obra.
3. Quando o município de Armamar tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar por correio eletrónico o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação.
4. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pelo município de Armamar e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 13.^a – Revisão do veículo usado

- I. Com a entrega do veículo usado, o fornecedor obriga-se a efetuar a respectiva revisão geral, que abrange:
 - a) Óleo do motor;
 - b) Filtro de óleo do motor;
 - c) Filtro de combustível;
 - d) Filtro de ar;
 - e) Filtro do secador de ar;
 - f) Valvulinas de caixa e diferencial.

Cláusula 14.^a – Entrega do veículo objeto de retoma

1. O bem objeto de retoma será entregue nas instalações do adjudicatário após a entrega do bem adquirido.
2. O bem será entregue ao adjudicatário no estado em que se encontra, não havendo por parte do Município nenhuma intervenção prévia à sua entrega.
3. O veículo poderá ser inspecionado no armazém do município, sito no Loteamento Industrial de Armamar, mediante marcação prévia.

Subseção II - Dever de sigilo

Cláusula 15.^a - Informação e sigilo

1. O fornecedor e o município de Armamar devem guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, de que possam ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.
5. O fornecedor deve prestar ao município de Armamar todas as informações que esta lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo o município de Armamar satisfazer os pedidos de informação formulados pelo fornecedor e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.

6. As matérias cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

Secção II - Obrigações do município de Armamar

Cláusula 16.ª - Preço contratual

1. Pelo fornecimento do bem objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o município de Armamar deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao município de Armamar, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 17.ª - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo município de Armamar, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo município de Armamar das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do auto de aceitação previsto na cláusula 11.º do presente caderno de encargos.
3. Em caso de discordância por parte do município Armamar, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, num prazo não superior a 30 dias, de acordo com o n.º 2 do artigo 299.º do CCP, por correio eletrónico, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A emissão de faturas deve cumprir os requisitos fixados na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (designada LCPA) e no Código do IVA.
5. As faturas são transmitidas eletronicamente, podendo ser enviadas por correio eletrónico para o endereço faturacaoeletronica@cm-armamar.pt ou por EDI (intercâmbio eletrónico de dados).
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 18.ª - Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o município de Armamar pode exigir ao fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, designadamente:
 - a) Pelo atraso na entrega do bem superior a 2 dias: 0,5% do preço contratual;
 - b) Pelo atraso na entrega do bem superior a 5 dias: 1% do preço contratual;
 - c) Pelo incumprimento de quaisquer outras obrigações: até 5% do preço contratual.

2. A cobrança das eventuais penalidades em que o fornecedor incorra serão deduzidas no primeiro pagamento efetuado ou devido logo após a sua aplicação ou, não havendo pagamentos a efetuar, no prazo de 10 dias a contar da respetiva notificação para o efeito enviada pelo município de Armamar.
3. Se o pagamento das sanções pecuniárias devidas ao município de Armamar for protelado por qualquer motivo, o fornecedor deverá pagar juros de mora à taxa legal, com efeitos a contar da data em que a multa deveria ter sido paga.
4. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o município de Armamar exija uma indemnização pelo dano excedente.
5. Na aplicação das penalidades previstas na presente cláusula, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 308.º do CCP, e atento o preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo 307.º do mesmo diploma legal, deverá ser assegurado ao fornecedor o direito de audiência prévia, tal como regulado no Código do Procedimento Administrativo (CPA), relativamente à intenção de aplicação da sanção.

Cláusula 19.ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos dos números anteriores, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 20.^a - Resolução por parte do município de Armamar

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o município de Armamar pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente: pelo atraso na entrega dos bem superior a 15 dias.
2. Sem prejuízo do referido no número anterior, durante o atraso verificado, suporta os encargos decorrentes com o veículo de substituição.
3. O direito de resolução referido no número anterior, exerce-se mediante comunicação por correio eletrónico do município de Armamar ao fornecedor.

Cláusula 21.^a - Resolução por parte do fornecedor

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. Nos casos previstos no número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao município de Armamar, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 22.^a - Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.
2. As entidades subcontratadas pelo fornecedor devem cumprir os requisitos previstos nos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.
3. No caso de subcontratação, o fornecedor permanece integralmente responsável perante o município de Armamar, pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais.

Cláusula 23.^a - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 24.^a - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e feriados.

Cláusula 25.^a - Resolução de litígios

1. Quaisquer litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato, devem ser dirimidos pelos meios judiciais comuns, estabelecendo-se como competente o tribunal com competência territorial para o concelho de Armamar, com a expressa renúncia a qualquer outro.
2. O disposto no número anterior não impede o recurso voluntário, pelas partes, a meios alternativos de resolução de litígios, designadamente, à mediação ou à arbitragem.

Cláusula 26.^a - Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente caderno de encargos, observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária, nomeadamente nos seguintes diplomas:

- a) Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- b) Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro;
- c) Diretiva n.º 2014/24/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro;
- d) Em demais legislação aplicável.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - ANEXO A

Especificações técnicas do veículo a adquirir	
Categoria	Ligeiro de mercadorias
Tipo de tração	4 X 4
Tipo de caixa	Aberta C/S cobertura
Potência máxima (cv)	Aproximadamente 100
Cilindrada (cm³)	Não inferior a 2000
Número de cilindros	4
Combustível	Gasóleo
Ano da matrícula	≥ 1998
Número de lugares	Não inferior a 5

Especificações técnicas do veículo a retomar		
		Valor mínimo da retoma
Marca/Modelo	Kia Sportage	250,00 EUR
Categoria	Ligeiro de passageiros - 4X4	
Cilindrada (cm³)	2000	
Combustível	Gasóleo	
Ano da matrícula	2000	
Matrícula	45-37-PB	

O Presidente da Câmara Municipal

Assinado por: **JOÃO PAULO SOARES CARVALHO**
PEREIRA DA FONSECA

Num. de Identificação: 103938206

Data: 2022.03.09 09:21:23+00'00'

Certificado por: **Secretaria-Geral do Ministerio da Administracao Interna.**

Atributos certificados: **Presidente da Câmara Municipal de Armamar.**



(O presente documento, contém assinatura eletrónica qualificada do cartão de cidadão do Presidente da Câmara Municipal, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 02 de agosto, na sua atual redação.)